



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 145/2026 - COMPRASGOV N.º 90145/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0860.016837.00064/2025-35
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE UNICO <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	18/05/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	28/04/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Sandra Maria Nunes Barbosa
DECRETO NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO
- 1.1.

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística para realizar a exposição dos produtos indígenas, no município de Cruzeiro do Sul, conforme etapa 2.4 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas.
- 1.2.

Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.
- 1.3.

Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I:

Termo de Referência

Anexo II:

Minuta de Contrato

Anexo III:

Modelo de Proposta de Preços

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
- 2.1.

Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 2.2.

O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 2.3.

A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.
- 2.4.

As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a

acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.6. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.7. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

3.7.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.7.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

3.8.6. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.7. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.13. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.8.13.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8.14. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

3.8.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8.17. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

3.9. O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens **3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.

6.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

7. DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE

8.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 dias** a contar da sessão pública.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

8.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

8.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

8.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

8.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

8.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

8.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.21.2. empresas brasileiras;

8.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.

8.23. O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

8.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

8.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

8.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

8.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.

8.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.

8.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

8.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

8.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

8.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

8.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.

8.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

8.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

8.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

8.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

8.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

9.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

Será desclassificada a proposta que:

- 9.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 9.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 9.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 9.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 9.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 9.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 9.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 9.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 9.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 9.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 9.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 9.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 10.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:
- 10.3.1. **Habilitação Jurídica**
- a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 10.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I - ITEM 18, do edital.**

10.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

10.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

10.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

10.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

10.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

10.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

10.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e

apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

10.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

10.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

10.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

12.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

12.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

12.3. A apreciação se dará em fase única; e

12.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

12.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

12.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

12.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

12.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

12.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

12.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

13.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

13.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

13.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

13.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.0.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital

15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Definido pelo TR.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital

17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

17.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

18. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

18.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

20. DO TERMO DE CONTRATO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo II deste Edital.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

23.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

24.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

24.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

24.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

24.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

24.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

24.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

24.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

24.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

24.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Antonia Jucilene Oliveira de Moraes
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais- DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA JUCILENE OLIVEIRA DE MORAIS, Chefe(a) de Divisão**, em 27/04/2026, às 08:18, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020510054** e o código CRC **B4B5CBA4**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 53/2026/SEASDH - DIVCOMP

Processo nº 0860.016837.00064/2025-35

1. OBJETO
- 1.1.

O presente Termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística para realizar a exposição dos produtos indígenas, no município de Cruzeiro do Sul, conforme etapa 2.4 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas.
- 1.2.

Destinador: _____.
- 1.3.

Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas e considerando as informações contidas no Documento de Formalização de Demanda (0016332136).
- 1.4.

Beneficiados: Diretamente as mulheres indígenas expositoras e o público participante do evento, visando o fortalecimento econômico das tribos Arara, Nawas, Jaminawá, Kampa, Manchineri, Huni Kui, Shanenawá, Katukina, Madija e Yawanawá.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2.1.

TABELA DESCRITIVA COM AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADA DO LOTE ÚNICO. (Preço Global)

DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
<p>Contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística afim de realizar a exposição dos produtos indígenas, conforme etapa 2.4 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas.</p> <p>LOCALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> <ul style="list-style-type: none">• Cidade: Cruzeiro do Sul• Local: Espaço que comporte de 100 a 150 pessoas.• Espaços necessários:<ul style="list-style-type: none">o Área de exposição: Para a feira de produtos e a mostra de artesanato 20 mesas c/ 120 cm de comprimento e 60 a 80 cm de largura; 40 cadeiras; 20 Toalhas de mesa branca 150 cm de comprimento por 110 de largura.o Auditório: Com capacidade para acomodar de 100 a 150 participantes, com palco, sistema de som e tela de projeção.o Área de credenciamento e recepção: 2 mesas c/ 120 cm de comprimento e 60 a 80 cm de largura; 4 cadeiras; 2 Toalhas de mesa branca 150 cm de comprimento por 110 de largura.o Espaço e buffet para 120 pessoas: Coffee break manhã: Bolos, tapiocas, cuscuz, pães, frutas, sucos e café. Almoço/Bufferet: Sugerir um cardápio com opções regionais de Peixe e Frango, saladas, farofa e arroz. Opções de bebidas, três opções de sucos de frutas e água. Coffee break tarde: Bolos, tapioca, cuscuz, pães, frutas, sucos e café.	und	01	

o Banheiros adequados.			
EQUIPE DE APOIO E PRODUÇÃO			
<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de produção do evento: Contratar uma equipe para montagem, desmontagem e operação. • Equipe de som e projeção: Técnicos para operar equipamentos de áudio e vídeo. 			

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação é fundamental e urgente para a execução da **Etapla 2.4 do Plano de Trabalho**, visando o Fortalecimento Cultural e Econômico de 400 Mulheres Indígenas no Estado do Acre, como estratégia de enfrentamento às severas consequências sociais e econômicas deixadas pela pandemia do COVID-19.

3.2. Contexto de Vulnerabilidade Pós-Pandemia

3.2.1. O surto de COVID-19 atingiu 13 povos indígenas no Acre, gerando um cenário de emergência sanitária e social. A pandemia intensificou a vulnerabilidade, resultando em um grande fluxo de famílias indígenas que migraram para centros urbanos em busca de melhores condições de vida, mas que, em muitos casos, tiveram a segurança alimentar e as expectativas de melhoria frustradas.

3.2.2. **Vulnerabilidade Urbana:** Aproximadamente mil famílias indígenas, majoritariamente mulheres, residem hoje em áreas urbanas do Acre, dependendo de benefícios socioassistenciais como única fonte de renda. A baixa escolarização ou qualificação profissional impede a inserção no mercado formal, expondo essas mulheres a um ciclo de vulnerabilidade social.

3.2.3. **Lacuna de Políticas Públicas:** Há uma escassez de políticas públicas voltadas especificamente para a mulher indígena em contexto urbano, dado que a maioria dos projetos existentes foca apenas nas mulheres aldeadas.

3.3. Necessidade de Intervenção para Autonomia Econômica (O Evento)

3.3.1. A contratação visa resolver o problema central de possibilitar o escoamento da produção, a autonomia econômica e a participação ativa dessas mulheres na vida produtiva. O projeto se apresenta como uma resposta à necessidade de investimentos robustos para diminuir a pobreza.

3.3.2. **Da Comercialização e Visibilidade:** Após a etapa de produção (já realizada), torna-se imperativa a realização da **Exposição em Cruzeiro do Sul**. Sem este evento, os produtos artesanais não chegam ao consumidor final, frustrando a geração de renda. O evento serve como ponte direta entre as artesãs e o mercado, valorizando a cultura das etnias da região do Juruá.

3.4. **Da Necessidade Operacional e Logística:** A realização de um evento para 150 pessoas exige infraestrutura complexa (sonorização, projeção, mobiliário e buffet). A Secretaria solicitante não dispõe, em seu quadro próprio, de equipamentos, equipe de buffet ou logística de montagem em Cruzeiro do Sul para executar a ação diretamente. Portanto, a contratação de empresa especializada é a única forma de garantir a qualidade e a execução do objeto pactuado no Convênio nº 916514.

4. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação refere-se à prestação de serviços de organização de evento, englobando locação de espaço, mobiliário, sonorização, buffet e equipe de apoio.

4.2. **Da Regra do Parcelamento: 4.2.1.** Conforme o disposto no art. 40, inciso V, alínea “a”, e no § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/21, o parcelamento é a regra geral. Contudo, a própria lei estabelece exceções quando o parcelamento for tecnicamente inviável ou causar prejuízo ao conjunto.

4.3. Justificativa para o NÃO Parcelamento (Adoção de Lote Único)

4.3.1. Para a realização do evento em Cruzeiro do Sul, optou-se pela adjudicação por **LOTE ÚNICO (PREÇO GLOBAL)**, aglutinando todos os itens (espaço, buffet, som, mobiliário), pelas seguintes razões técnicas e econômicas:

4.3.1.1. **Interdependência e Sincronia dos Serviços:** A execução do evento exige coordenação simultânea. O serviço de buffet depende da instalação prévia das mesas; a sonorização depende da disponibilidade do espaço e da energia elétrica. A fragmentação da contratação em diversas empresas aumentaria drasticamente o risco de falhas de comunicação e atrasos, comprometendo o sucesso do evento, que tem data e hora marcadas para ocorrer.

4.3.1.2. **Unicidade de Responsabilidade:** A contratação de uma única empresa especializada em organização de eventos centraliza a responsabilidade civil e administrativa. Caso ocorra qualquer falha (ex: falta de energia ou atraso na comida), a Administração cobra de um único fornecedor, evitando o "jogo de empurra" que poderia ocorrer entre múltiplos contratados.

4.3.1.3. **Economia de Escala Administrativa:** O custo administrativo para gerenciar múltiplos contratos (fiscais diferentes, processos de pagamento distintos) para um evento de curta duração (apenas um dia ou período curto) seria desproporcional e antieconômico para a Administração Pública.

4.4. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução não é vantajoso para a Administração, sendo a contratação por **LOTE ÚNICO** a medida que assegura a melhor gestão, a padronização da qualidade e a segurança na execução do objeto.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta para a **Etapla 2.4 do Plano de Trabalho** está centrada na realização estratégica do evento de exposição em Cruzeiro do Sul. Esta iniciativa não é apenas logística, mas constitui a plataforma de visibilidade e geração de renda para

as 400 mulheres indígenas beneficiadas, concebida sob uma perspectiva de ciclo de vida que garante a eficácia do investimento público.

5.1.1. Fase de Planejamento e Preparação (Pré-Evento)

5.1.1.1. **Alinhamento e Vistoria:** Esta fase inicia-se imediatamente após a assinatura do contrato, com a reunião de alinhamento entre a Contratada e a Gestora do Convênio. Inclui a vistoria técnica ao local em Cruzeiro do Sul para definição do layout (posicionamento das 20 mesas, palco e buffet), garantindo que a infraestrutura atenda às normas de segurança e acessibilidade.

5.1.1.2. **Mobilização:** Compreende a logística de transporte de equipamentos (som, projeção) e mobiliário para o local, bem como a seleção e treinamento da equipe de apoio (recepcionistas, garçons e técnicos) que atuará no dia.

5.1.2. Fase de Execução e Operação (O Evento)

5.1.2.1. **Montagem e Instalação:** Instalação de todo o sistema de sonorização, projeção e disposição das mesas e cadeiras com antecedência mínima de 4 horas do início do evento, garantindo tempo hábil para testes.

5.1.2.2. **Realização e Suporte:** Durante o evento, a solução opera em sua plenitude: o serviço de buffet é servido conforme cronograma (café e almoço), a equipe técnica opera o som para as apresentações culturais e a equipe de apoio garante a limpeza e organização. É o momento de "Utilização Produtiva", onde a infraestrutura permite que as artesãs comercializem seus produtos e realizem networking.

5.1.3. Fase de Desmobilização e Avaliação (Pós-Evento)

5.1.3.1. **Desmontagem e Limpeza:** Imediatamente após o encerramento, inicia-se a desmontagem das estruturas e a limpeza do local, devolvendo o espaço nas mesmas condições em que foi recebido.

5.1.3.2. **Relatório e Prestação de Contas:** O ciclo de vida da contratação se encerra com a entrega do **Relatório Final de Execução** pela empresa, contendo registro fotográfico, lista de presença e comprovação dos serviços prestados. Este documento é peça-chave para a prestação de contas do Convênio nº 916514, evidenciando o alcance das metas (público atingido e impacto na geração de renda).

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística, descrita neste Termo de Referência, deverá observar os seguintes requisitos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:

6.1.1. Requisitos Legais e de Gestão

6.1.1.1. **Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:** A contratação deve seguir os requisitos gerais da Lei, garantindo planejamento adequado e execução transparente.

6.1.1.2. **Vedação à Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, salvo serviços acessórios de pequeno vulto previamente autorizados pela Administração. A empresa contratada (ou Consórcio) deve ser responsável pela execução integral, desde a montagem até a desmontagem.

6.1.1.3. **Garantia de Contrato:** Não haverá exigência da garantia da contratação (caução), conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/21, dada a natureza de pronta entrega do serviço (evento de curta duração). Contudo, a contratada responde integralmente por danos causados.

6.1.1.4. **Composição do Preço:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos relacionados à locação de espaço, mobiliário, buffet, equipe, transporte, tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas necessárias à completa execução do evento em Cruzeiro do Sul.

6.1.2. Requisitos Mínimos de Qualidade e Execução

6.1.2.1. **Conformidade e Correção Imediata:** A CONTRATADA deverá prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações técnicas. Em caso de falhas durante o evento (ex: falha no som, falta de itens no buffet), a contratada deverá realizar a **correção imediata**, sob pena de glosa no pagamento e sanções administrativas.

6.1.2.2. Obrigações Fiscais e Trabalhistas:

a) A CONTRATADA é responsável exclusiva pelo pagamento de todos os tributos e encargos trabalhistas de sua equipe (recepcionistas, garçons, técnicos), não gerando vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

b) É vedada a utilização de trabalho de menores, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), observada a legislação vigente.

6.1.2.3. **Responsabilidade por Danos:** A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos causados à SEASDH, aos participantes do evento ou a terceiros, decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos serviços (ex: intoxicação alimentar, acidentes com estruturas).

6.1.3. Prazos e Local de Execução

6.1.3.1. **Local:** O evento será realizado no município de Cruzeiro do Sul, em local a ser aprovado pela fiscalização na fase de Pré-Evento.

6.1.3.2. **Prazo de Execução:** Os serviços deverão ser executados rigorosamente nas datas e horários definidos pela Secretaria demandante, com a estrutura pronta para vistoria com antecedência mínima de **04 (quatro) horas** do início do evento.

6.1.3.3. **Atrasos:** O não cumprimento dos horários estabelecidos para o início do Coffee Break, Almoço ou funcionamento dos equipamentos será considerado inexecução parcial, sujeita a penalidades.

6.1.4.

Fiscalização e Cooperação

a) A CONTRATADA deverá facilitar a FISCALIZAÇÃO, permitindo acesso da equipe técnica da SEASDH a todas as instalações e etapas de preparação do evento.

b) A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados.

7. DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, observando os seguintes requisitos:

7.2. Composição do Preço

7.2.1. **Preço Global e Unitário:** A proposta deverá indicar o **Preço Global** para a execução total do serviço (Lote Único), acompanhado da respectiva **Planilha de Custos Unitários**, discriminando os valores individuais para:

- a) Locação de Espaço e Mobiliário;
- b) Serviço de Buffet (valor por pessoa);
- c) Sonorização e Projeção;
- d) Equipe de Apoio e Logística.

7.2.2. **Custos Inclusos:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: tributos, encargos sociais e trabalhistas, despesas administrativas (BDI), lucro, transporte de equipamentos e pessoal para Cruzeiro do Sul, alimentação e hospedagem da equipe da contratada, e quaisquer outros ônus que incidam sobre a execução do objeto.

7.2.3. **Vedação de Custos Adicionais:** Nenhuma reivindicação de pagamento adicional será aceita sob alegação de erro ou omissão na composição de custos da proposta.

7.3. Validade da Proposta

7.3.1. A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Exequibilidade

7.4.1. Serão desclassificadas as propostas com valores global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. A seleção do fornecedor para a prestação dos serviços de Organização de Eventos e Logística será baseada no critério de julgamento por **(LOTE ÚNICO MENOR PREÇO GLOBAL)**, conforme art. 34 da Lei nº 14.133/2021, observados os seguintes requisitos de qualificação e qualidade:

8.2. Capacidade Técnica e Operacional

8.2.1. **Experiência Comprovada:** A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.2.2. **Pertinência:** Os atestados devem comprovar a execução anterior de serviços de organização de eventos que incluam, simultaneamente ou não, a gestão de buffet, sonorização e locação de mobiliário, demonstrando capacidade de coordenação logística.

8.3. Qualidade e Conformidade dos Serviços

8.3.1. **Padrão de Qualidade do Buffet:** A proposta deve considerar o fornecimento de alimentos frescos e de primeira qualidade, preparados em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo a segurança alimentar dos participantes.

8.3.2. **Estado dos Equipamentos:** O mobiliário (mesas e cadeiras) e os equipamentos eletrônicos (som e projeção) devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem avarias visíveis que comprometam a estética ou a segurança do evento.

8.4. Custo-Benefício e Economicidade

8.4.1. **Preço Global:** O critério de seleção considerará o **Preço Global do Lote**, devendo a proposta cobrir todos os custos logísticos para a execução em Cruzeiro do Sul (transporte, diárias de equipe, frete), não sendo admitidos pleitos posteriores de reequilíbrio por desconhecimento das condições locais.

8.5. Segurança e Normas Técnicas

8.5.1. **Segurança das Instalações:** A empresa selecionada deverá garantir que toda a instalação elétrica (cabos de som e projeção) seja feita de forma segura, evitando riscos de acidentes (tropeços ou curtos-circuitos) para o público.

8.5.2. **Higiene:** A equipe de buffet deverá utilizar uniformes adequados e equipamentos de proteção (luvas, toucas), assegurando a higiene no manuseio dos alimentos.

8.6. Conclusão

8.6.1. O contrato será adjudicado ao fornecedor que apresentar a proposta de **Menor Preço Global**, desde que atenda integralmente aos requisitos de Habilitação Técnica e às especificações de qualidade descritas neste Termo de Referência.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O presente lote estabelece as condições e procedimentos para a execução dos serviços de Organização de Eventos e Logística, objeto desta contratação, em conformidade com a legislação vigente e as necessidades do Convênio nº 916514.

9.2. LOCAL DA EXECUÇÃO

9.2.1. A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços no município de **Cruzeiro do Sul/AC**, em local (auditório/espaço de eventos) a ser definido e informado pela Gestão do Contrato com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do evento.

9.2.2. A montagem da estrutura (mesas, som, decoração) deverá ocorrer no próprio local do evento, devendo a contratada arcar com todos os custos de deslocamento e logística até o município.

9.3. PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

9.3.1. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às datas estipuladas na Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

9.3.2. **Montagem:** A estrutura deverá estar totalmente montada e pronta para vistoria com antecedência mínima de **04 (quatro) horas** do horário de início do evento.

9.3.3. **Desmontagem:** A desmontagem deverá ocorrer imediatamente após o término do evento ou no prazo máximo de até 12 horas, liberando o espaço limpo e organizado.

9.4. CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO E ACEITE

9.4.1. **Conformidade e Qualidade:** A empresa contratada deverá prestar o serviço em estrita conformidade com as especificações (cardápio do buffet, dimensões das mesas, qualidade do som). Serviços prestados em desconformidade (ex: comida fria, som com falhas constantes) poderão ser rejeitados, obrigando a contratada às correções imediatas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.4.2. **Documentação para Pagamento:** Para fins de liquidação e pagamento, a Contratada deverá apresentar, além da Nota Fiscal/Fatura:

a) **Relatório Fotográfico:** Comprovando a realização do evento, mostrando a estrutura montada, o buffet servido e a equipe em atuação;

b) **Lista de Presença:** (Se aplicável à responsabilidade da empresa no credenciamento).

9.4.3. Recebimento Provisório e Definitivo:

a) **Provisório:** Ocorrerá no dia do evento, mediante acompanhamento in loco pelo Fiscal do Contrato, que verificará a entrega dos itens (contagem de mesas, verificação do cardápio).

b) **Definitivo:** Ocorrerá após a análise do Relatório Fotográfico e da conformidade da Nota Fiscal, mediante "atesto" do gestor responsável.

10. DA AMOSTRA

10.1. Considerando a natureza de prestação de serviços do objeto (Organização de Eventos), **não será exigida amostra física** prévia.

10.2. Documentação Complementar de Análise:

10.2.1. Para fins de verificação da conformidade da proposta com as especificações técnicas, o licitante vencedor (ou convocado) deverá apresentar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro:

a) **Proposta de Cardápio Detalhado:** Discriminando os itens que compõem o Coffee Break e o Almoço, comprovando o atendimento às opções regionais solicitadas (ex: tipo de peixe, opções de sucos);

b) **Catálogo ou Fotos do Mobiliário:** Imagens ilustrativas das mesas e cadeiras a serem utilizadas, permitindo à Administração verificar o estado de conservação e a adequação estética ao evento.

10.3. A análise desses documentos visa assegurar que a qualidade ofertada corresponde à necessidade da Administração. Caso o cardápio ou o mobiliário apresentado esteja em desacordo com o Termo de Referência, o licitante poderá ser instado a adequá-lo ou, na impossibilidade, ter sua proposta desclassificada.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1. Os procedimentos para a medição da execução e o consequente pagamento dos serviços de Organização de Eventos e Logística serão realizados conforme as regras a seguir:

11.2. Critério de Medição

11.2.1. A medição do objeto contratado se dará pela **realização integral do evento**, comprovada mediante a entrega do Relatório Fotográfico e da Lista de Presença (quando aplicável), em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2.2. A medição será confirmada pelo “atesto” na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitido pelo Fiscal do Contrato, após a verificação in loco da qualidade do buffet, sonorização e demais itens contratados.

11.2.3. Somente após a aprovação do Relatório de Execução e o aceite formal do Fiscal do Contrato é que o processo de liquidação da despesa será iniciado.

Prazo de Pagamento

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** contados da data final do período de adimplemento de cada parcela (liquidação da despesa), conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.2. No caso de atraso no pagamento pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente, mediante aplicação do índice oficial (IPCA ou IGP-M, conforme contrato), desde a data final do prazo de pagamento até a data do efetivo desembolso.

Forma de Pagamento

11.4.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade da contratada.

11.4.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente com o mesmo CNPJ participante da licitação e da assinatura do contrato.

Retenções Tributárias

11.5.1. Quando da realização do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e ISSQN), conforme a natureza jurídica da contratada e o regime tributário vigente.

Antecipação de Pagamento

11.6.1. **Não haverá antecipação de pagamento** em hipótese alguma. O pagamento está estritamente vinculado à efetiva prestação do serviço (pós-evento).

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto (Organização de Eventos e Logística), observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Execução do Objeto e Qualidade Operacional

12.3. **Execução Pontual:** Executar os serviços de organização, buffet e sonorização em estrita conformidade com as especificações técnicas e nos horários estabelecidos na Ordem de Serviço, garantindo que toda a estrutura esteja pronta antes da chegada do público.

12.4. **Equipe e Uniformização:** Disponibilizar equipe qualificada, devidamente uniformizada e identificada (crachás), portando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, especialmente para os manipuladores de alimentos (toucas, luvas), garantindo a higiene e a boa apresentação pessoal.

12.5. **Segurança Alimentar:** Responsabilizar-se integralmente pela qualidade e procedência dos alimentos servidos no buffet, observando as normas da Vigilância Sanitária, respondendo civil e criminalmente por quaisquer danos à saúde dos participantes (ex: intoxicação alimentar).

12.6. **Correção Imediata:** Reparar, corrigir ou substituir, imediatamente e às suas expensas, quaisquer equipamentos (som, projetor) ou itens do buffet que apresentem falhas ou qualidade inferior à contratada, sob pena de interrupção do evento e aplicação de sanções.

12.7. **Limpeza e Conservação:** Manter a limpeza do local durante todo o evento (recolhimento de lixo, limpeza de mesas) e entregar o espaço, após a desmontagem, nas mesmas condições de higiene e conservação em que foi recebido.

Logística e Responsabilidade Civil

12.9. **Transporte e Deslocamento:** Arcar com todas as despesas de transporte de equipamentos, mobiliário e pessoal até o município de Cruzeiro do Sul, não cabendo à Administração qualquer custo adicional de frete ou diárias.

12.10. **Danos a Terceiros:** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração, ao patrimônio do local do evento ou a terceiros (participantes), decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos serviços.

Obrigações Legais e Trabalhistas

12.12. **Encargos:** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais de seus empregados, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração Pública.

12.13. **Manutenção da Habilitação:** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Conduta, Sigilo e LGPD

12.15. **Proteção de Dados (LGPD):** Garantir o sigilo e a proteção dos dados pessoais a que tiver acesso (ex: listas de presença), em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), vedada a utilização dessas informações para fins estranhos ao objeto do contrato.

12.16. **Direito de Imagem:** Assegurar que o registro fotográfico do evento respeite a dignidade das participantes indígenas, cedendo à Administração o direito de uso das imagens captadas para fins de prestação de contas e divulgação institucional.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. São obrigações da Contratante (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH):

Gestão e Fiscalização Operacional

13.2.1. **Fornecimento de Informações:** Fornecer à CONTRATADA, com a devida antecedência, todas as informações necessárias para a execução do evento, incluindo:

- a) A lista de autoridades e participantes confirmados (para dimensionamento do buffet);
- b) A identidade visual (logos) do Convênio e do Governo para uso na projeção e sinalização;
- c) O cronograma detalhado das atividades (horário de início, falas, intervalos).

13.2.2. **Aprovação Prévia:** Analisar e aprovar, na fase de pré-evento, o layout do espaço, a proposta de cardápio e o plano de trabalho apresentados pela Contratada.

13.2.3. **Fiscalização In Loco:** Designar servidor(es) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato diretamente no local do evento, com poderes para solicitar correções imediatas e atestar a realização dos serviços.

13.3. **Recebimento e Pagamento**

13.3.1. **Atesto da Execução:** Receber o objeto (serviço realizado) mediante verificação do Relatório Fotográfico e da conformidade com as especificações técnicas, emitindo o "atesto" na Nota Fiscal para fins de liquidação.

13.3.2. **Pagamento:** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e fiscais.

13.4. **Sanções e Gestão Administrativa**

13.4.1. **Notificação:** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades ou falhas observadas na execução do evento (ex: atraso no buffet), fixando prazo para correção ou defesa prévia.

13.4.2. **Aplicação de Penalidades:** Aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Contrato, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14. **DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

14.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, observando os seguintes requisitos:

14.2. **Composição do Preço**

14.2.1. **Preço Global e Unitário:** A proposta deverá indicar o **Preço Global** para a execução total do serviço (Lote Único), acompanhado da respectiva **Planilha de Custos Unitários**, discriminando os valores individuais para:

- a) Locação de Espaço e Mobiliário;
- b) Serviço de Buffet (valor por pessoa);
- c) Sonorização e Projeção;
- d) Equipe de Apoio e Logística.

14.2.2. **Custos Inclusos:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: tributos, encargos sociais e trabalhistas, despesas administrativas (BDI), lucro, transporte de equipamentos e pessoal para Cruzeiro do Sul, alimentação e hospedagem da equipe da contratada, e quaisquer outros ônus que incidam sobre a execução do objeto.

14.2.3. **Vedação de Custos Adicionais:** Nenhuma reivindicação de pagamento adicional será aceita sob alegação de erro ou omissão na composição de custos da proposta.

14.3. **Validade da Proposta**

14.3.1. A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

14.4. **Exequibilidade**

14.4.1. Serão desclassificadas as propostas com valores global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

15. **DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. **Obrigatoriedade do Contrato**

15.1.1. Para a formalização da contratação decorrente deste Termo de Referência, será exigida a assinatura de **Termo de Contrato**, conforme disposto no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dada a complexidade das obrigações futuras (execução do evento, responsabilidade civil e trabalhista) e a necessidade de garantia de assistência técnica durante a execução.

15.2. **Convocação e Assinatura**

15.2.1. A adjudicatária será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

15.2.2. O não comparecimento para assinatura do contrato no prazo estipulado, sem justificativa aceita, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante às penalidades legais (multa e impedimento de licitar), facultando à Administração convocar as licitantes remanescentes.

15.3. **Publicidade**

15.3.1. A eficácia do contrato fica condicionada à sua divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração providenciar a publicação do extrato contratual.

- **20 (vinte) dias úteis**, no caso de licitação;
- **10 (dez) dias úteis**, no caso de contratação direta.

16. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Preço

16.1.1. O preço ofertado pela CONTRATADA deverá incluir todos os custos necessários, bem como todos os impostos, seguros, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação (Kits de Insumos e Materiais para Artesanato).

16.1.2. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigido patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 94, inciso XVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

16.2. Reajuste

16.2.1. **Irreajustabilidade Inicial:** Os preços são fixos e **irreajustáveis** no prazo de **um ano** contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2.2. **Reajuste Anual:** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de preços ao consumidor amplo, publicado pela FIPE ou outro índice setorial que reflita os custos dos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Revisão de Preço

16.3.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser provida **revisão do preço contratual**, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de:

16.3.2. **Comprovação de Fato Extraordinário:** Superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme a Lei nº 14.133/2021.

16.3.3. **Impacto Comprovado:** Demonstração analítica do impacto do fato nos custos do Contrato.

16.3.4. **Alteração Tributária ou Legal:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como, a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

16.3.5. **Formalização e Efeitos Financeiros:** A revisão será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da Administração Contratante. Em sendo concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido.

16.4. Condições e Limites

16.4.1. **Pesquisa de Mercado:** Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada.

16.4.2. **Continuidade da Execução:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada **não poderá suspender o fornecimento** do objeto licitado, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes e se aprovado a revisão, a diferença será paga após aditivo.

16.4.3. **Limite de Mercado:** Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

16.4.4. **Início do Direito:** Para fins do disposto acima, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

17. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

17.1. Disposições Gerais

17.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da **Lei nº 14.133/21, no art. 124** e demais dispositivos pertinentes, desde que:

17.1.1.1. **Formalização:** As alterações contratuais sejam promovidas mediante celebração de **termo aditivo e/ou apostilamento contratual**, o qual deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE (SEASDH).

17.1.1.2. **Manutenção da Essência:** Em qualquer hipótese, **não haja modificação da essência do objeto** (aquisição dos Kits de Insumos e Materiais para Artesanato).

17.2. Limites e Regimes de Alteração

17.2.1. **Alterações Unilaterais:** Nas alterações contratuais unilaterais, sejam observados os **limites legais** para os acréscimos e supressões (até 25% para acréscimos e supressões, ou 50% para acréscimos em caso de reforma de edifício ou de equipamento), utilizando-se, em qualquer caso, o valor inicial do contrato como base de cálculo.

17.2.2. **Alterações Consensuais:** Nas alterações consensuais, sejam observados os limites para os acréscimos.

Instrução Processual para Alteração

- 17.3. As alterações contratuais serão precedidas de instrução processual, que deverá conter, no mínimo:
- 17.3.1. A descrição do objeto do contrato (Kits de Insumos e Materiais para Artesanato) com as suas especificações e do modo de execução.
- 17.3.1.2. A descrição detalhada da proposta de alteração (motivo, impacto na quantidade ou qualidade dos insumos).
- 17.3.1.3. A justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal (art. 124 da Lei nº 14.133/21).
- 17.3.1.4. O detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato.
- 17.3.1.5. A ciência da CONTRATADA, por escrito, em relação às alterações propostas no caso de alteração unilateral ou a sua concordância para as situações de alteração por acordo das partes.
- 17.3.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, sem prejuízo à sua execução;
- c) haja anuência prévia e expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 17.3.2.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica **todos os requisitos de habilitação** exigidos na licitação original.
- 17.3.2.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato de maneira que **não haja prejuízo à execução do objeto** pactuado.
- 17.3.2.3. Haja **anuência expressa da CONTRATANTE** à continuidade do contrato.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 18.1. Requisitos específicos para serviços de alimentação:
- a) Apresentação de Alvará Sanitário válido, expedido pelo órgão competente;
- b) Comprovação de registro ou inscrição da empresa e/ou responsável técnico no Conselho Regional de Nutrição (CRN), quando aplicável.
- 18.2. As empresas participantes deste certame licitatório deverão atender aos seguintes requisitos de qualificação técnica, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021:
- 18.3. **Comprovação de Capacidade Técnica Operacional**
- 18.3.1. As licitantes deverão apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.
- 18.3.2. **Pertinência e Similaridade:** Considera-se compatível a comprovação de execução anterior de serviços de **Organização de Eventos**, que tenham envolvido a gestão logística de infraestrutura (mobiliário/som) e o fornecimento de alimentação (buffet/coffee break) para público similar ou superior ao estimado neste Termo de Referência.
- 18.3.3. **Declaração dos recursos necessários na indicação de pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.”** (art. 67, III, da Lei 14.133/21)
- 18.4. **Informações de Contato e Diligência**
- 18.4.1. **Diligência:** A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos e a qualidade dos serviços prestados anteriormente, podendo solicitar cópia do contrato ou das notas fiscais que deram origem ao atestado.
- 18.5. **Obrigatoriedade**
- 18.5.1. A apresentação do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica é **requisito indispensável** para a habilitação. A não apresentação ou a apresentação de documentos que não comprovem a experiência mínima exigida ensejará a inabilitação da licitante.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade do objeto e a necessidade de centralização da responsabilidade pela execução contratual em um único fornecedor, de modo a garantir maior eficiência na gestão e fiscalização dos serviços.

20. PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

- 20.1. **Validade da Proposta**
- 20.2. Conforme o disposto no Art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo de validade da proposta indicado no edital será de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua entrega.
- 20.3. Decorrido esse prazo sem que haja a convocação formal da Administração para a assinatura do termo de contrato, os licitantes ficarão liberados dos compromissos anteriormente assumidos em suas propostas.
- 20.4. **Convocação e Assinatura**
- 20.5. O licitante vencedor será convocado para a assinatura do contrato em até **05 (cinco) dias úteis** a partir da data de sua convocação formal pela Administração.

20.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

21. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ _____, referente à contratação de empresa especializada em organização de eventos e logística para realização de exposição de produtos indígenas, no município de Cruzeiro do Sul, conforme etapa 2.4 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514.

21.1.1. O critério de julgamento a ser utilizado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, visando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando a aquisição de bens comuns.

22. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO

a) **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

b) Decreto Estadual nº 11.363/2023

c) **Lei 8.078, de 11/09/1990** (Código de Defesa do Consumidor)

d) **Decreto Estadual nº 11.107/2022** (Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos realizados pelos órgãos da administração direta, entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Acre e seus fundos a fornecedores e prestadores de serviços)

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

23.2. A inobservância das presentes especificações técnicas, deste Termo de Referência, implicará a não aceitação parcial ou total do objeto contratado, devendo a empresa contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização;

23.3. As licitantes devem observar e fazer observar os mais altos padrões éticos, durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cuja inobservância as sujeitará às sanções previstas na legislação;

23.4. A modalidade adotada será do tipo Pregão Eletrônico do tipo de execução menor preço por lote;

23.5. O gestor e o fiscal do contrato serão indicados no ato da contratação;

23.6. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as do Termo de Referência;

23.7. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.

23.8. A licitação se dará por lote. Não haverá parcelamento tendo em vista que se trata de objeto indivisível.

23.9. Esclarecimentos e Dúvidas

23.9.1. As dúvidas na interpretação deste Termo de Referência deverão ser dirimidas formalmente junto à Comissão de Contratação ou ao Agente de Contratação, preferencialmente antes da data de abertura da sessão pública, garantindo a isonomia entre os licitantes.

23.10. Casos Omissos

23.10.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão decididos pela Administração Contratante, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e nos princípios gerais de direito público.

23.11. Vinculação

23.11.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins legais, a Proposta de Preços da licitante vencedora e os documentos de habilitação apresentados, que passarão a fazer parte indissociável do contrato a ser firmado.

Foro

23.11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de **Rio Branco/AC**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste objeto que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON MENEZES CAMELO JUNIOR, Diretor(a)**, em 24/04/2026, às 11:52, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020487902** e o código CRC **15C59082**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 10/2026/SEASDH - DIVCOMP

Unidade Gestora: SEASDH

	CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E UTENSÍLIOS DOMESTICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ATRAVÉS DA E
--	--

O _____, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº _____, através da _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____ – bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº. _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, conforme autorização expressa no Decreto nº _____, de _____ de _____ de 201_, publicado no Diário Oficial do Estado nº. _____, pág. _____ de _____ de _____ de 201_, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____ com sede à _____, nº _____, bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado, na cidade _____ celebram o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/202_** – _____, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei nº.8.078/90 e Decreto Estadual nº 11.363/2023, suas alterações e demais normas correlatas, de acordo com o que consta do Processo Nº. _____, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística para realizar a exposição dos produtos indígenas, no município de Cruzeiro do Sul, conforme etapa 2.4 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas.
- 1.2. Destinator: Senadora Mailza Gomes.
- 1.3. Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas e considerando as informações contidas no Documento de Formalização de Demanda (0016332136).
- 1.4. Beneficiados: Diretamente as mulheres indígenas expositoras e o público participante do evento, visando o fortalecimento econômico das tribos Arara, Nawas, Jaminawá, Kampa, Manchineri, Huni Kui, Shanenawá, Katukina, Madija e Yawanawá.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. TABELA DESCRITIVA COM AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADA DOS LOTE ÚNICO.

DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR
Contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística afim de realizar a exposição dos produtos indígenas, conforme etapa 2.4 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas. LOCALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA • Cidade: Cruzeiro do Sul • Local: Espaço que comporte de 100 a 150 pessoas. • Espaços necessários: o Área de exposição: Para a feira de produtos e a mostra de artesanato 20 mesas c/ 120 cm de comprimento e 60 a 80 cm de largura; 40 cadeiras;	und	01	R\$

20 Toalhas de mesa branca 150 cm de comprimento por 110 de largura.

o Auditório: Com capacidade para acomodar de 100 a 150 participantes, com palco, sistema de som e tela de projeção.

o Área de credenciamento e recepção:

2 mesas c/ 120 cm de comprimento e 60 a 80 cm de largura;

4 cadeiras;

2 Toalhas de mesa branca 150 cm de comprimento por 110 de largura.

o Espaço e buffet para 120 pessoas:

Coffee break manhã: Bolos, tapiocas, cuscuz, pães, frutas, sucos e café.

Almoço/Bufferet: Sugerir um cardápio com opções regionais de Peixe e Frango, saladas, farofa e arroz. Opções de bebidas, três opções de sucos de frutas e água.

Coffee break tarde: Bolos, tapioca, cuscuz, pães, frutas, sucos e café.

o Banheiros adequados.

EQUIPE DE APOIO E PRODUÇÃO

• **Equipe de produção do evento:** Contratar uma equipe para montagem, desmontagem e operação.

• **Equipe de som e projeção:** Técnicos para operar equipamentos de áudio e vídeo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor total para cumprimento do presente contrato é de _____.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários para a referida contratação estão consignados na Unidade Orçamentária – Programa de Trabalho:

Cód. Órgão / Unidade Executora: 760.001

Programa de Trabalho: 1266.0000

Elemento de Despesa: 33.90.39.99

Fonte de Recurso: 1.665.3110

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O contrato terá como vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário do ano corrente.

5.2. A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em consonância ao disposto no art. 125, da Lei 14.133/2021.

5.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O presente item estabelece as condições e procedimentos para a execução dos serviços de Organização de Eventos e Logística, objeto desta contratação, em conformidade com a legislação vigente e as necessidades do Convênio nº 916514.

6.2. LOCAL DA EXECUÇÃO

6.2.1. A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços no município de **Cruzeiro do Sul/AC**, em local (auditório/espaço de eventos) a ser definido e informado pela Gestão do Contrato com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do evento.

6.2.2. A montagem da estrutura (mesas, som, decoração) deverá ocorrer no próprio local do evento, devendo a contratada arcar com todos os custos de deslocamento e logística até o município.

6.3. PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.3.1. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às datas estipuladas na Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

6.3.2. **Montagem:** A estrutura deverá estar totalmente montada e pronta para vistoria com antecedência mínima de **04 (quatro) horas** do horário de início do evento.

6.3.3. **Desmontagem:** A desmontagem deverá ocorrer imediatamente após o término do evento ou no prazo máximo de até 12 horas, liberando o espaço limpo e organizado.

6.4. **CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO E ACEITE**

6.4.1. **Conformidade e Qualidade:** A empresa contratada deverá prestar o serviço em estrita conformidade com as especificações (cardápio do buffet, dimensões das mesas, qualidade do som). Serviços prestados em desconformidade (ex: comida fria, som com falhas constantes) poderão ser rejeitados, obrigando a contratada às correções imediatas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.4.2. **Documentação para Pagamento:** Para fins de liquidação e pagamento, a Contratada deverá apresentar, além da Nota Fiscal/Fatura:

a) **Relatório Fotográfico:** Comprovando a realização do evento, mostrando a estrutura montada, o buffet servido e a equipe em atuação;

b) **Lista de Presença:** (Se aplicável à responsabilidade da empresa no credenciamento).

6.4.3. **Recebimento Provisório e Definitivo:**

a) **Provisório:** Ocorrerá no dia do evento, mediante acompanhamento in loco pelo Fiscal do Contrato, que verificará a entrega dos itens (contagem de mesas, verificação do cardápio).

b) **Definitivo:** Ocorrerá após a análise do Relatório Fotográfico e da conformidade da Nota Fiscal, mediante "atesto" do gestor responsável.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

7.1. A contratação de empresa especializada em Organização de Eventos e Logística, descrita neste Termo de Referência, deverá observar os seguintes requisitos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:

7.1.1. **Requisitos Legais e de Gestão**

7.1.1.1. **Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:** A contratação deve seguir os requisitos gerais da Lei, garantindo planejamento adequado e execução transparente.

7.1.1.2. **Vedação à Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, salvo serviços acessórios de pequeno vulto previamente autorizados pela Administração. A empresa contratada (ou Consórcio) deve ser responsável pela execução integral, desde a montagem até a desmontagem.

7.1.1.3. **Garantia de Contrato:** Não haverá exigência da garantia da contratação (caução), conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/21, dada a natureza de pronta entrega do serviço (evento de curta duração). Contudo, a contratada responde integralmente por danos causados.

7.1.1.4. **Composição do Preço:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos relacionados à locação de espaço, mobiliário, buffet, equipe, transporte, tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas necessárias à completa execução do evento em Cruzeiro do Sul.

7.1.2. **Requisitos Mínimos de Qualidade e Execução**

7.1.2.1. **Conformidade e Correção Imediata:** A CONTRATADA deverá prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações técnicas. Em caso de falhas durante o evento (ex: falha no som, falta de itens no buffet), a contratada deverá realizar a **correção imediata**, sob pena de glosa no pagamento e sanções administrativas.

7.1.2.2. **Obrigações Fiscais e Trabalhistas:**

a) A CONTRATADA é responsável exclusiva pelo pagamento de todos os tributos e encargos trabalhistas de sua equipe (receptionistas, garçons, técnicos), não gerando vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

b) É vedada a utilização de trabalho de menores, salvo na condição de aprendiz (a partir de 14 anos), observada a legislação vigente.

7.1.2.3. **Responsabilidade por Danos:** A CONTRATADA responderá integralmente por perdas e danos causados à SEASDH, aos participantes do evento ou a terceiros, decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos serviços (ex: intoxicação alimentar, acidentes com estruturas).

7.1.3. **Prazos e Local de Execução**

7.1.3.1. **Local:** O evento será realizado no município de Cruzeiro do Sul, em local a ser aprovado pela fiscalização na fase de Pré-Evento.

7.1.3.2. **Prazo de Execução:** Os serviços deverão ser executados rigorosamente nas datas e horários definidos pela Secretaria demandante, com a estrutura pronta para vistoria com antecedência mínima de **04 (quatro) horas** do início do evento.

7.1.3.3. **Atrasos:** O não cumprimento dos horários estabelecidos para o início do Coffee Break, Almoço ou funcionamento dos equipamentos será considerado inexecução parcial, sujeita a penalidades.

7.1.4. **Fiscalização e Cooperação**

a) A CONTRATADA deverá facilitar a FISCALIZAÇÃO, permitindo acesso da equipe técnica da SEASDH a todas as instalações e etapas de preparação do evento.

b) A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, observando os seguintes requisitos:

8.2. Composição do Preço

8.2.1. **Preço Global e Unitário:** A proposta deverá indicar o **Preço Global** para a execução total do serviço (Lote Único), acompanhado da respectiva **Planilha de Custos Unitários**, discriminando os valores individuais para:

- a) Locação de Espaço e Mobiliário;
- b) Serviço de Buffet (valor por pessoa);
- c) Sonorização e Projeção;
- d) Equipe de Apoio e Logística.

8.2.2. **Custos Incluídos:** O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: tributos, encargos sociais e trabalhistas, despesas administrativas (BDI), lucro, transporte de equipamentos e pessoal para Cruzeiro do Sul, alimentação e hospedagem da equipe da contratada, e quaisquer outros ônus que incidam sobre a execução do objeto.

8.2.3. **Vedação de Custos Adicionais:** Nenhuma reivindicação de pagamento adicional será aceita sob alegação de erro ou omissão na composição de custos da proposta.

8.3. Validade da Proposta

8.3.1. A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Exequibilidade

8.4.1. Serão desclassificadas as propostas com valores global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

9.0.1. A gestão e a fiscalização do Contrato serão efetuadas por servidores designados da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 ou art. 16 e 17 do Decreto Estadual 11.363/2023 e a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.

9.1. Fiscal do Contrato

9.2. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

9.2.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

9.2.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

9.2.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes, após conferência prévia do objeto contratado;

9.2.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

9.2.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

9.2.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

9.2.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

9.2.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

9.2.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;

9.2.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

9.2.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

9.2.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

9.2.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

- 9.2.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 9.2.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 9.2.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 9.2.17. Realizar, juntamente com a Contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 9.2.18. Reportar-se sempre ao preposto da Contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 9.2.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 9.2.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 9.2.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;
- 9.2.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 9.2.23. Glosar as medições quando houver má execução da Contratada ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 9.2.24. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

9.3. **Gestor do Contrato**

- 9.4. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 9.4.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 9.4.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 9.4.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 9.4.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 9.4.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 9.4.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 9.4.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 9.4.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 9.4.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 9.4.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 9.4.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 9.4.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 9.4.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 9.4.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 9.4.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 9.4.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o Contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 9.4.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas

9.4.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

9.4.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à Contratada;

9.4.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à Contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

9.4.21. Notificar a Contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

9.4.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada com seus empregados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Os procedimentos para a medição da execução e o consequente pagamento dos serviços de Organização de Eventos e Logística serão realizados conforme as regras a seguir:

10.2. Critério de Medição

10.2.1. A medição do objeto contratado se dará pela **realização integral do evento**, comprovada mediante a entrega do Relatório Fotográfico e da Lista de Presença (quando aplicável), em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2.2. A medição será confirmada pelo “atesto” na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitido pelo Fiscal do Contrato, após a verificação in loco da qualidade do buffet, sonorização e demais itens contratados.

10.2.3. Somente após a aprovação do Relatório de Execução e o aceite formal do Fiscal do Contrato é que o processo de liquidação da despesa será iniciado.

10.3. Prazo de Pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** contados da data final do período de adimplemento de cada parcela (liquidação da despesa), conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.2. No caso de atraso no pagamento pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente, mediante aplicação do índice oficial (IPCA ou IGP-M, conforme contrato), desde a data final do prazo de pagamento até a data do efetivo desembolso.

10.4. Forma de Pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade da contratada.

10.4.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente com o mesmo CNPJ participante da licitação e da assinatura do contrato.

10.5. Retenções Tributárias

10.5.1. Quando da realização do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e ISSQN), conforme a natureza jurídica da contratada e o regime tributário vigente.

10.6. Antecipação de Pagamento

10.6.1. **Não haverá antecipação de pagamento** em hipótese alguma. O pagamento está estritamente vinculado à efetiva prestação do serviço (pós-evento).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto (Organização de Eventos e Logística), observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Execução do Objeto e Qualidade Operacional

11.3. **Execução Pontual:** Executar os serviços de organização, buffet e sonorização em estrita conformidade com as especificações técnicas e nos horários estabelecidos na Ordem de Serviço, garantindo que toda a estrutura esteja pronta antes da chegada do público.

11.4. **Equipe e Uniformização:** Disponibilizar equipe qualificada, devidamente uniformizada e identificada (crachás), portando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, especialmente para os manipuladores de alimentos (toucas, luvas), garantindo a higiene e a boa apresentação pessoal.

11.5. **Segurança Alimentar:** Responsabilizar-se integralmente pela qualidade e procedência dos alimentos servidos no buffet, observando as normas da Vigilância Sanitária, respondendo civil e criminalmente por quaisquer danos à saúde dos participantes (ex: intoxicação alimentar).

11.6. **Correção Imediata:** Reparar, corrigir ou substituir, imediatamente e às suas expensas, quaisquer equipamentos (som, projetor) ou itens do buffet que apresentem falhas ou qualidade inferior à contratada, sob pena de interrupção do evento e aplicação de sanções.

11.7. **Limpeza e Conservação:** Manter a limpeza do local durante todo o evento (recolhimento de lixo, limpeza de mesas) e entregar o espaço, após a desmontagem, nas mesmas condições de higiene e conservação em que foi recebido.

11.8. **Logística e Responsabilidade Civil**

11.9. **Transporte e Deslocamento:** Arcar com todas as despesas de transporte de equipamentos, mobiliário e pessoal até o município de Cruzeiro do Sul, não cabendo à Administração qualquer custo adicional de frete ou diárias.

11.10. **Danos a Terceiros:** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração, ao patrimônio do local do evento ou a terceiros (participantes), decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos serviços.

11.11. **Obrigações Legais e Trabalhistas**

11.12. **Encargos:** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais de seus empregados, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração Pública.

11.13. **Manutenção da Habilitação:** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.14. **Conduta, Sigilo e LGPD**

11.15. **Proteção de Dados (LGPD):** Garantir o sigilo e a proteção dos dados pessoais a que tiver acesso (ex: listas de presença), em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), vedada a utilização dessas informações para fins estranhos ao objeto do contrato.

11.16. **Direito de Imagem:** Assegurar que o registro fotográfico do evento respeite a dignidade das participantes indígenas, cedendo à Administração o direito de uso das imagens captadas para fins de prestação de contas e divulgação institucional.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. São obrigações da Contratante (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH):

12.2. **Gestão e Fiscalização Operacional**

12.2.1. **Fornecimento de Informações:** Fornecer à CONTRATADA, com a devida antecedência, todas as informações necessárias para a execução do evento, incluindo:

- a) A lista de autoridades e participantes confirmados (para dimensionamento do buffet);
- b) A identidade visual (logos) do Convênio e do Governo para uso na projeção e sinalização;
- c) O cronograma detalhado das atividades (horário de início, falas, intervalos).

12.2.2. **Aprovação Prévia:** Analisar e aprovar, na fase de pré-evento, o layout do espaço, a proposta de cardápio e o plano de trabalho apresentados pela Contratada.

12.2.3. **Fiscalização In Loco:** Designar servidor(es) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato diretamente no local do evento, com poderes para solicitar correções imediatas e atestar a realização dos serviços.

12.3. **Recebimento e Pagamento**

12.3.1. **Atesto da Execução:** Receber o objeto (serviço realizado) mediante verificação do Relatório Fotográfico e da conformidade com as especificações técnicas, emitindo o "atesto" na Nota Fiscal para fins de liquidação.

12.3.2. **Pagamento:** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e fiscais.

12.4. **Sanções e Gestão Administrativa**

12.4.1. **Notificação:** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades ou falhas observadas na execução do evento (ex: atraso no buffet), fixando prazo para correção ou defesa prévia.

12.4.2. **Aplicação de Penalidades:** Aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Contrato, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

13.1. 1.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. 1.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. 1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. 1.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

13.5. 1.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. 1.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. 1.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. 1.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. 1.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. 1.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. 1.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. 1.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. 1.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO

14.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

14.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

14.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: seasdh.ouvid@gmail.com ou seasdh.ouvid@ac.gov.br

Endereço: Avenida Nações Unidas, nº 2731, Estação Experimental, Rio Branco - Acre.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Preço

15.1.1. O preço ofertado pela CONTRATADA deverá incluir todos os custos necessários, bem como todos os impostos, seguros, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação (Kits de Insumos e Materiais para Artesanato).

15.2. Reajuste

15.2.1. **Irreajustabilidade Inicial:** Os preços são fixos e **irreajustáveis** no prazo de **um ano** contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2.2. **Reajuste Anual:** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de preços ao consumidor amplo, publicado pela FIPE ou outro índice setorial que reflita os custos dos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Revisão de Preço

15.3.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser provida **revisão do preço contratual**, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de:

15.3.2. **Comprovação de Fato Extraordinário:** Superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme a Lei nº 14.133/2021.

15.3.3. **Impacto Comprovado:** Demonstração analítica do impacto do fato nos custos do Contrato.

15.3.4. **Alteração Tributária ou Legal:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como, a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

15.3.5. **Formalização e Efeitos Financeiros:** A revisão será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da Administração Contratante. Em sendo concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido.

15.4. Condições e Limites

15.4.1. **Pesquisa de Mercado:** Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada.

15.4.2. **Continuidade da Execução:** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada **não poderá suspender o fornecimento** do objeto licitado, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes e se aprovado a revisão, a diferença será paga após aditivo.

15.4.3. **Limite de Mercado:** Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

15.4.4. **Início do Direito:** Para fins do disposto acima, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. Disposições Gerais

16.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da **Lei nº 14.133/21, no art. 124** e demais dispositivos pertinentes, desde que:

16.1.1.1. **Formalização:** As alterações contratuais sejam promovidas mediante celebração de **termo aditivo e/ou apostilamento contratual**, o qual deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE (SEASDH).

16.1.1.2. **Manutenção da Essência:** Em qualquer hipótese, **não haja modificação da essência do objeto** (aquisição dos Kits de Insumos e Materiais para Artesanato).

16.2. Limites e Regimes de Alteração

16.2.1. **Alterações Unilaterais:** Nas alterações contratuais unilaterais, sejam observados os **limites legais** para os acréscimos e supressões (até 25% para acréscimos e supressões, ou 50% para acréscimos em caso de reforma de edifício ou de equipamento), utilizando-se, em qualquer caso, o valor inicial do contrato como base de cálculo.

16.2.2. **Alterações Consensuais:** Nas alterações consensuais, sejam observados os limites para os acréscimos.

16.3. Instrução Processual para Alteração

16.3.1. As alterações contratuais serão precedidas de instrução processual, que deverá conter, no mínimo:

16.3.1.1. A descrição do objeto do contrato (Kits de Insumos e Materiais para Artesanato) com as suas especificações e do modo de execução.

16.3.1.2. A descrição detalhada da proposta de alteração (motivo, impacto na quantidade ou qualidade dos insumos).

16.3.1.3. A justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal (art. 124 da Lei nº 14.133/21).

16.3.1.4. O detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato.

16.3.1.5. A ciência da CONTRATADA, por escrito, em relação às alterações propostas no caso de alteração unilateral ou a sua concordância para as situações de alteração por acordo das partes.

16.4. 4. Sucessão Contratual (Fusão, Cisão ou Incorporação)

16.4.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

16.4.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica **todos os requisitos de habilitação** exigidos na licitação original.

16.4.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato de maneira que **não haja prejuízo à execução do objeto** pactuado.

16.4.1.3. Haja **anuência expressa da CONTRATANTE** à continuidade do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. Constituem motivo para extinção do contrato:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

17.2. A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

II - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 60 (sessenta) dias, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

17.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item anterior não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

17.4. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Obrigatoriedade do Contrato

18.1.1. Para a formalização da contratação decorrente deste Termo de Referência, será exigida a assinatura de **Termo de Contrato**, conforme disposto no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dada a complexidade das obrigações futuras (execução do evento, responsabilidade civil e trabalhista) e a necessidade de garantia de assistência técnica durante a execução.

18.2. Convocação e Assinatura

18.2.1. A adjudicatária será convocada para assinar o Termo de Contrato no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

18.2.2. O não comparecimento para assinatura do contrato no prazo estipulado, sem justificativa aceita, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante às penalidades legais (multa e impedimento de licitar), facultando à Administração convocar as licitantes remanescentes.

18.3. Publicidade

18.3.1. A eficácia do contrato fica condicionada à sua divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração providenciar a publicação do extrato contratual.

- **20 (vinte) dias úteis**, no caso de licitação;
- **10 (dez) dias úteis**, no caso de contratação direta.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas pertinentes ou outras que a substituam, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, subsidiariamente.	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023	Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.
Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023	Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Decreto Estadual nº 5.966/2010	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas nas contratações de bens, prestação de serviços e execução de obras, no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Lei Complementar nº 139/2011	Altera dispositivos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 147/2014	Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

20. CLÁUSULA VIGÉCIMA – DOS IMPEDIMENTOS

20.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta SEASDH, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

21. CLÁUSULA VIGÉCIMA PRIMAERA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

21.2. A inobservância das presentes especificações técnicas, deste Termo de Referência, implicará a não aceitação parcial ou total do objeto contratado, devendo a empresa contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização;

21.3. As licitantes devem observar e fazer observar os mais altos padrões éticos, durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cuja inobservância as sujeitará às sanções previstas na legislação;

21.4. A modalidade adotada será do tipo Pregão Eletrônico do tipo de execução menor preço por item;

21.5. O gestor e o fiscal do contrato serão indicados no ato da contratação;

21.6. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as do Termo de Referência;

21.7. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023.

21.8. A licitação se dará por item. Não haverá parcelamento tendo em vista que se trata de objeto indivisível.

22. CLÁUSULA VIGÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21).

22.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

22.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “se houver”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

22.4. O atraso para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

22.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

22.6. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

22.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

22.8. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

22.9. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

22.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

22.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.15. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.

22.16. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

22.17. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

22.18. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na SEASDH, até o 48 (quarenta e oito) horas anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.

22.19. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23. CLÁUSULA VIGÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

23.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

23.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

23.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

23.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

23.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

23.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

23.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

23.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

23.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.12. Indenizações e multas.

23.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

23.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

24. CLÁUSULA VIGÉCIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

24.0.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão decididos pela Administração Contratante, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e nos princípios gerais de direito público.

25. CLÁUSULA VIGÉCIMA QUINTA - VINCULAÇÃO

25.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins legais, a Proposta de Preços da licitante vencedora e os documentos de habilitação apresentados, que passarão a fazer parte indissociável do contrato a ser firmado.

26. CLÁUSULA VIGÉCIMA SEXTA - ESCLARECIMENTOS E DÚVIDAS

26.0.1. As dúvidas na interpretação deste Termo de Referência deverão ser dirimidas formalmente junto à Comissão de Contratação ou ao Agente de Contratação, preferencialmente antes da data de abertura da sessão pública, garantindo a isonomia entre os licitantes.

27. CLÁUSULA VIGÉCIMA SÉTIMA - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

27.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, sendo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, em se tratando de licitação.

27.2. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

28. CLÁUSULA VIGÉCIMA OITAVA - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de **Rio Branco/AC**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste objeto que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

Rio Branco/AC, __ de _____ de _____.

Elaborado por:
Júlio César Zuza da Costa Júnior
Técnico em Licitação

Revisado por:

[Assinatura eletrônica]
Jéssica da Silva Magalhães
Chefe da Divisão de Compras - DIVCOMP
Portaria SEASDH n.º 217, de 06 de agosto de 2025



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA DA SILVA MAGALHAES, Chefe de Divisão**, em 10/03/2026, às 12:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019751547** e o código CRC **99E9C67B**.

ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 2. DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Unid.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	xx	Und.	xx	xxxxxxxx	xxxx

O prazo de validade de nossa **proposta de preços é de xxx (xxxxxxxx) dias**, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
- O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
- Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.